



Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

ACTA NÚMERO 28/XI

Aos 22 dias do mês de Junho de 2010, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na sala 11, do Palácio de S. Bento, na presença dos senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição sobre o PRODER com a Sr.ª Dr.ª Maria Gabriela Ventura – Gestora do PRODER e com a Sr.ª Dr.ª Ana Paulino – Presidente do IFAP;
2. Audiência com a ARAB – Associação Regional de Agricultores Biológicos;
3. Audiência com a AVIDOURO – Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro;
4. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 44/XI/1ª – “ Prédios rústicos expropriados ao abrigo das leis da reforma agrária;
5. Apreciação do Relatório sobre a reunião realizada em Bruxelas no dia 1 de Junho, sobre a Política Comum de Pescas;
6. Apreciação da sugestão do Senhor Presidente da assembleia da República sobre o acompanhamento da Política de Defesa da Floresta contra Incêndios, manifestada na Conferência de Presidentes das comissões;
7. Distribuição e nomeação de relator do Projecto de Lei n.º 311/XI (BE) que “Cria o Banco público de terras agrícolas para arrendamento rural”;
8. Distribuição do Projecto de Resolução n.º 1667XI/1ª (BE) que “Recomenda ao Governo que rejeite a comercialização de arroz transgénico LLRice62”;
9. Outros assuntos.

O senhor Presidente da Comissão saudou a Dr.ª Maria Gabriela Ventura e a Dr.ª Ana Paulino, respectivamente Gestora do PRODER e Presidente do IFAP e todos os senhores Deputados presentes. Informou sobre a metodologia da Audição dando de imediato a palavra à Dr.ª Maria Gabriela Ventura e à Dr.ª Ana Paulino.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Capoulas, Miguel Freitas, Abel Baptista e Rita Calvário

Questões como o número de candidaturas, as taxas de execução, a média de execução na União Europeia, a forma para recuperar o atraso, como se gasta, quanto se compromete, como se executa, acesso a toda a informação, PRODER como projecto mais complexo alguma vez existente na UE, número de candidaturas aprovadas, projectos de impacto relevante, burocracias e complexidade do próprio programa,



crédito a longo prazo, adiantamentos e garantias bancárias e envio de relatórios à AR que são enviados aos parceiros sociais, foram abordadas durante a Audição.

No ponto 2 da OD teve lugar uma audiência com a ARAB – Associação Regional de Agricultores Biológicos, cuja delegação era composta pela senhora Maria Palmira Peres dos Santos Gonçalves (Presidente da Associação).

O senhor Presidente cumprimentou a delegação da ARAB, informou sobre a metodologia da audiência, dando de imediato a palavra à senhora presidente da associação.

Usaram da palavra os senhores Deputados Abel Baptista, Pedro Lynce, Rui Prudêncio e Rita Calvário.

Foi abordada uma questão relacionada com um projecto na Costa da Caparica de urbanização em terrenos agrícolas. Esses terrenos estão situados numa zona de reserva agrícola nacional e no parque natural.

Os senhores Deputados solicitaram mais informação.

No ponto 3 da OD teve lugar a audiência com a AVIDOURO, cuja delegação era composta pela senhora Berta Santos, João Dinis, Baltazar Almeida, Fernando Figueiredo e Victor Herdeiro.

O senhor Presidente saudou a delegação da AVIDOURO, informou sobre a metodologia da audiência, dando de imediato a palavra aos representantes dos vitivicultores.

Indeferimento de projectos VITIS, instauração de coimas por vinhas restauradas, rega de vinhas por grandes empresas, reduções no “benefício” e nos preços à produção e a situação e perspectivas da Casa do Douro, foram alguns dos temas abordados.

Usaram da palavra os senhores Deputados Pedro Lynce, Paulo Barradas, Abel Baptista e Rita Calvário.

A Audição e as audiências foram gravadas.

O ponto 4 da OD, apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 44/XI/1ª – “Prédios rústicos expropriados ao abrigo das leis da reforma agrária” foi adiado.

No ponto 5 da OD o senhor Deputado Lúcio Ferreira procedeu à apresentação do Relatório sobre a reunião realizada em Bruxelas no dia 1 de Junho, sobre a Política



Comum de Pescas. O senhor Deputado Ulisses Pereira apreciou de forma positiva o Relatório, sublinhando a importância que reveste o acompanhamento desta temática.

O Relatório será enviado ao Senhor Presidente da Assembleia para publicação.

No ponto 6 da OD procedeu-se à apreciação da sugestão do Senhor Presidente da Assembleia da República sobre o acompanhamento da Política de Defesa da Floresta Contra Incêndios, manifestada na Conferência de Presidentes das Comissões.

A acta da Conferência refere o seguinte: “Ainda em relação à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o PAR alertou para a necessidade de lhe ser apresentada, com a maior brevidade, uma proposta no sentido de ser definida uma delegação ou um grupo de trabalho da Comissão que, durante a suspensão dos trabalhos parlamentares, continuasse a acompanhar a matéria da defesa da floresta contra incêndios no período de Verão”.

O senhor Deputado Miguel Freitas sugeriu a constituição de uma delegação.

O senhor Deputado Abel Baptista lamenta esta situação, não ser a Comissão e ser um grupo de trabalho é mau sinal. Se é um contributo para reduzir as despesas, que seja dito. Recordou que esta matéria ao longo dos anos foi acompanhada por uma Comissão Eventual e pela Subcomissão de Agricultura. Por estas razões preferia que fosse a Comissão a acompanhar esta matéria, ainda que, eventualmente, não na sua plenitude.

O senhor Deputado Agostinho Lopes relevou que o que era importante é que se houver uma situação grave, que a Mesa da Comissão ou um grupo de trabalho, accionem os mecanismos junto do PAR para que a Comissão possa reunir.

O senhor Presidente referiu que um grupo ou uma delegação terá que ser constituído para satisfazer a pretensão do Senhor Presidente da AR, sendo que, caso se justifique, faremos com que seja possível reunir a Comissão extraordinariamente.

No ponto 7 da OD foi nomeado Relator do PJI n.º 311/XI/1ª que “Cria o banco público de terras agrícolas para arrendamento rural”, o senhor Deputado Paulo Barradas

No ponto 8 da OD procedeu-se à distribuição do Projecto de Resolução n.º 166/XI/1ª que “Recomenda ao Governo que rejeite a comercialização de arroz transgénico LLRice62”.



O Senhor Presidente, Deputado Pedro Soares deu a reunião por encerrada cerca das 19h e 50m dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Afonso Candal
Agostinho Lopes
Altino Bessa
António Cabeleira
Carla Barros
Fernando Marques
Horácio Antunes
Isabel Coutinho
João Paulo Pedrosa
Jorge Fão
Lúcio Ferreira
Luís Capoulas
Maria de Lurdes Ruivo
Miguel Freitas
Paulo Barradas
Paulo Batista Santos
Pedro Lynce
Pedro Soares
Teresa Santos
Ulisses Pereira



Cristóvão Crespo

Rita Calvário

Rita Miguel

Rui Prudêncio

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Seguro Sanches

José Luís Ferreira

Palácio de São Bento, 22 de Junho de 2010.

O Presidente

(Pedro Soares)